

## “Guerras culturais” e “populismo anti-petista” nas ruas de 2017

Esther Solano Gallego, Pablo Ortellado, Márcio Moretto

JULHO DE 2017

■ Esta nota traz os resultados da pesquisa sobre percepções políticas entre os/as manifestantes de 25 de março de 2017 em apoio à Operação Lava Jato e de 31 de março de 2017 contra a reforma da previdência, com o propósito de avaliar a hipótese das guerras culturais (centralidade dos temas morais e antagonismo moral na agenda do debate público) entre os grupos conservador e progressista no atual cenário brasileiro e a presença do antipetismo como fator de coesão do novo populismo de direita, que começou a se configurar em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff e continuou convocando manifestações.

### Introdução

Durante os últimos dias do mês de março, tiveram lugar em São Paulo duas manifestações que levaram às ruas, em menos de uma semana, grupos que durante mais de um ano têm protagonizado

protestos a favor e contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A organização destes dois eventos, em tão curto espaço de tempo, fez com que fosse interessante a aplicação de um *survey*



para comparar os grupos presentes em ambas manifestações<sup>1</sup>. Na primeira, foram realizadas 512 entrevistas, com margem de erro máxima com 95% de confiança de 4.3% e, na segunda, 442 entrevistas, com margem de erro máxima com 95% de confiança de 4.7%.

Nosso intuito, com este survey, era medir a adesão às guerras culturais destes dois grupos de manifestantes e a força do antipetismo como fator de identidade no núcleo do populismo de direita acionado pelos novos movimentos.

## Guerras culturais

Dentro e fora da imprensa, todo debate político, hoje, é dominado por um discurso que coloca temas morais como o combate ao homossexualismo e o endurecimento penal em primeiro plano e subordina as questões econômicas e sociais a essa visão de mundo punitiva. Estamos vendo, no Brasil e em outros países, uma expansão mundial das guerras culturais que tomaram os Estados Unidos a partir do final dos anos 1980. A antiga polarização, entre uma direita liberal que defendia a meritocracia baseada na livre iniciativa e uma esquerda que defendia intervenções políticas para promover a justiça social, passa a ser não substituída, mas crescentemente subordinada a um novo antagonismo entre, de um lado, um conservadorismo punitivo e, de outro, um progressismo compreensivo.

Costuma-se atribuir a James Hunter a identificação precisa do fenômeno e a difusão do termo “guerras culturais” para se referir ao processo pelo qual temas como o direito

dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e a legalização das drogas passaram a ganhar proeminência no debate político americano no final dos anos 1980, opondo “conservadores” a “progressistas”. Os conservadores se definiriam por um “compromisso com uma autoridade moral externa definida e transcendente”, e os progressistas, por uma autoridade moral “caracterizada pelo espírito da era moderna, um espírito de racionalismo e subjetivismo”.

Em um influente livro de 1996, o linguista George Lakoff concordou com Hunter que o novo antagonismo, que se via nos Estados Unidos, opunha visões de mundo baseadas em concepções da autoridade moral e observou que as guerras culturais se assentavam no confronto de duas metáforas familiares para a sociedade, isto é, os dois discursos olhavam para a sociedade como uma grande família: uma família com pai rigoroso e uma família com pai carinhoso – e, para cada visão da sociedade como família, esse pai metafórico imporia uma ordem moral. Assim, na perspectiva conservadora, teríamos uma ordem moral punitiva e disciplinar e, na progressista, uma ordem compreensiva.

Na literatura, não há unanimidade sobre o que teria dado início às guerras culturais, mas alguns autores apontam a gênese do fenômeno como uma reação ao questionamento político das normas sociais pela contracultura dos anos 1970 ou à fratura das identidades coletivas proposta pelos novos movimentos sociais e pelo discurso pós-moderno<sup>2</sup>. Seja como for, parece claro que quem reorganizou o discurso político nesses termos foram os conservadores e que os progressistas ainda precisam se adaptar ao novo terreno de disputa discursiva.

1. Resultados completos disponíveis em: <http://rawgit.com/pesquisaR/resultados/master/relatorio2.html> (manifestação do dia 26 de março), <http://rawgit.com/pesquisaR/resultados/master/relatorio3.html> (manifestação do dia 31 de março)

2. Hartman, Andrew. *A War to the Soul of America: a History of the Culture Wars*, Chicago: University of Chicago Press, Chicago, 2015.



A relação entre discurso moral e político não é nova. No final do século XIX e início do XX, os liberais já utilizavam um discurso moral que justificava a miséria dos trabalhadores pela indolência. Antes, porém, o discurso moral era instrumentalizado pelo político e, agora, parece que ocorre o contrário.

Após o início das guerras culturais, vimos uma mudança de natureza do discurso liberal. Desde o pós-guerra, o discurso liberal tinha assumido a forma de um discurso de moderação e bom senso, ao qual só podiam aspirar aqueles que tomavam os fundamentos da sociedade atual como pressuposto e tratavam as questões sociais e econômicas como prosaicos problemas de administração. Após as guerras culturais, ele retomou um caráter de ódio e desprezo de classe, que trata os trabalhadores como indolentes que merecem ser punidos com a pobreza pela falta de industriabilidade, capacidade de poupança e empreendedorismo. Pelos mesmos motivos, toda ação social do Estado é vista por esse discurso como complacência socialista com a incompetência e o comodismo. O inverso acontece com o discurso socialista. Se no antigo quadro discursivo o bom senso e o equilíbrio caracterizavam o discurso liberal, o discurso socialista, que colocava em xeque os fundamentos do sistema concorrencial de mercado, era radical por sua própria natureza e era desqualificado pelo *establishment* como extremista e irrazoável. Já no novo quadro discursivo, no qual prevalece o discurso moral, o caráter compreensivo e solidário do progressismo sugere que o discurso socialista adote o equilíbrio e o bom senso trazidos pela empatia.

Esse antagonismo moral redefine as regras do debate político. Há oitenta anos, o fabiano Harold Laski defendia a ideia de que a penetração política e intelectual do socialismo advinha de sua capacidade de explorar a con-

tradição entre liberdade e igualdade presente no discurso liberal, isto é, liberais e socialistas compartilhavam os valores de liberdade e igualdade, e o pensamento socialista ascendeu demonstrando que a igualdade de poder concorrer no mercado era uma formalidade jurídica sem substância. Assim, o debate clássico que opunha liberais e socialistas tinha um fundamento comum de valores que foi erodido pela cisão em visões morais de mundo incomensuráveis.

Com o intuito de medir o impacto das guerras culturais nos grupos mobilizados, construímos um questionário que incluía as principais pautas do debate brasileiro atual, as quais definem os grupos progressista e conservador e com a formulação de como são apresentadas nos dois campos em disputa.

■ Campo conservador: Precisamos punir os criminosos com mais tempo de cadeia, A pena de morte deve ser aplicada para punir crimes graves, Menores de idade que cometam crimes devem ir para a cadeia, O cidadão de bem deve ter o direito de portar arma, Os direitos humanos atrapalham o combate ao crime, O lugar da mulher é em casa cuidando da família, A união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, Fazer aborto é sempre errado, As escolas deveriam ensinar valores religiosos, Os valores religiosos deveriam orientar as leis, O bolsa-família estimula as pessoas a não trabalhar.

■ Campo progressista: Fazer aborto deve ser um direito da mulher, Não se deve condenar uma mulher que transe com muitas pessoas, Cantar uma mulher na rua é ofensivo, A mulher deve ter o direito de usar roupa curta sem ser incomodada, Os negros ainda sofrem preconceito no Brasil, A polícia é mais violenta com os negros do que com os brancos, Cotas



são uma boa medida para fazer com que os negros entrem na universidade, Dois homens devem poder se beijar na rua sem serem importunados, A escola deveria ensinar a respeitar os gays, Travestis devem poder usar o banheiro feminino, Deveria ser permitido aos adultos fumar maconha.

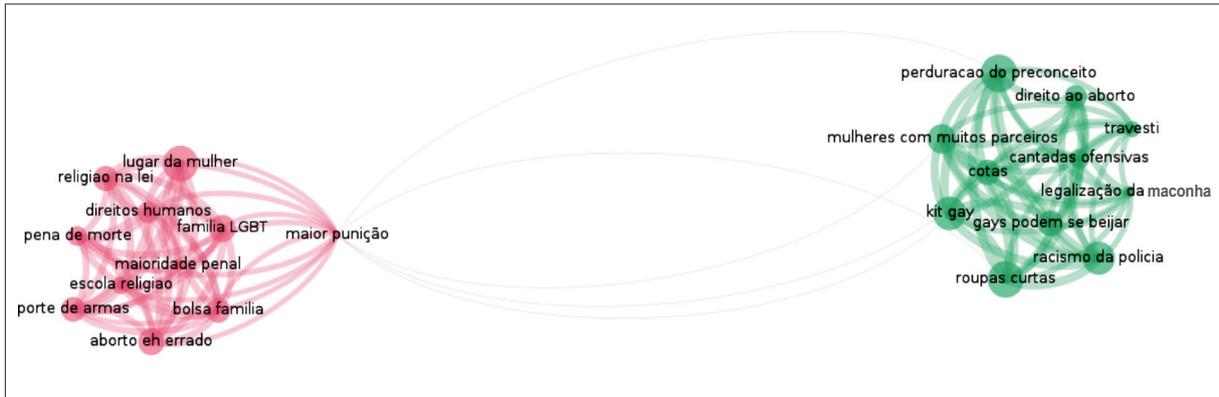
Os manifestantes do dia 25 de março, que se consideram conservadores (47.3% muito conservadores, 34.4% pouco conservadores, 31.4% de direita e 17.4% de centro-direita) apresentam uma unidade de respostas baixa, que se constrói em base ao discurso punitivo (82.6% apoiam o aumento de pena para punir criminosos, 84.6% apoiam a redução da maioria penal) a rejeição aos programas sociais e de redistribuição de renda característicos das gestões petistas (82.2% pensam que o programa Bolsa Família estimula as pessoas a não trabalharem, 75.2% pensam que as cotas não são uma boa medida) e, fundamentalmente, ao antipetismo. Se pegarmos, porém, outras pautas referentes ao papel da religião, direito da mulher ou direitos LGBT, a variabilidade entre as respostas é grande: 34.8% concordam com que a união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, 57.2% que feminismo é machismo ao contrário, 51.4% afirmam que cantar uma mulher na rua é ofensivo, 58.6% pensam que dois homens podem se beijar na rua sem serem importunados e 48.6% concordam com que as escolas deveriam ensinar valores religiosos. Todas estas pautas, portanto, não criam homogeneidade nas respostas, pelo contrário, observamos posturas díspares entre os entrevistados, caso oposto do que acontece com os entrevistados da manifestação contra a reforma da previdência, que se definem majoritariamente progressistas ou de esquerda. Os manifestantes do dia 31 de março (68.8% se consideram nada conservadores e 83.0% se definem de esquerda) apresentam um perfil

muito coeso, tendo um grande número de entrevistados que respondeu ao questionário exatamente da mesma maneira. A maioria das respostas oscilam entre um índice de 70%-90% de concordância ou discordância, inclusive tocando pautas totalmente diferentes: 8.8% concordam com que a união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, 12.2% que feminismo é machismo ao contrário, 77.1% afirmam que cantar uma mulher na rua é ofensivo, 87.1% pensam que dois homens podem se beijar na rua sem serem importunados e 17.9% concordam com que as escolas deveriam ensinar valores religiosos.

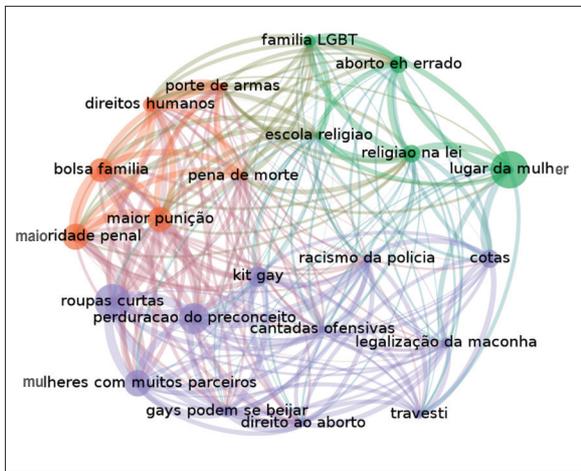
Os grafos seguintes apresentam outra ilustração do mesmo fenômeno. Em ambos os nós representam cada uma das 22 perguntas e quanto maior seu tamanho, maior o grau de coerência nas respostas. O peso da aresta entre dois nós indica a proporção de entrevistados que deram a mesma resposta para ambas (positiva ou negativamente).



**Grafo 1**



**Grafo 2**



O primeiro grafo representa a pesquisa do dia 31 de março no ato contra a reforma da previdência. É chamativa a consistência das respostas. A imensa maioria dos entrevistados discordou das perguntas no cluster da esquerda e concordou com as do cluster da direita. Os nós são todos muito grandes – com a notória exceção da pergunta sobre a necessidade de maior punição aos criminosos – e se organizam em dois polos com pouca intersecção entre si.

O segundo grafo ilustra a pesquisa do dia 25 de março. Neste, os nós são menores indicando menor consenso – aqui, as exceções notórias são a posição progressista em relação ao papel da mulher e seu direito de escolher o que vestir e o reconhecimento da existência de racismo. Além disso, sua organização é bem

menos óbvia, mas indica coerência em três grupos: um com valores morais progressistas que respondeu positivamente às perguntas no campo azul, um que poderíamos chamar de *conservadorismo laico* que respondeu positivamente às perguntas no campo laranja e outro *conservadorismo religioso* que defendeu positivamente às perguntas no campo verde.

### Antipetismo e antipolítica

A manifestação do dia 26 de março, convocada para a Avenida Paulista, tinha um conteúdo altamente heterogêneo construído ao redor de vários grupos e diversas pautas. Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre, Partido Novo, Movimento de Restauração da Monarquia no Brasil, assim como diversos grupos militaristas. As pautas ocupavam também um amplo espectro: aquelas relativas à luta contra a corrupção (apoio à Operação Lava Jato e fim do foro privilegiado) as referidas à reforma política (contra a lista eleitoral fechada, contra a ampliação do fundo partidário público) até à volta da monarquia, à retomada do poder pelos militares ou ao fim do estatuto do desarmamento e pautas de corte liberal (apoio à reforma da previdência e trabalhista e às privatizações). No meio a esta diversidade, um dado chama a atenção. Os vários carros de som presentes na Avenida Paulista estavam bastante esvaziados, incluín-



do o do Movimento Brasil Livre que focava seu discurso em apoio a pautas privatizantes e de Estado mínimo. O carro de som que mais aglutinava manifestantes, com uma grande deferência quantitativa, era o do Vem Pra Rua centrado nas pautas anticorrupção e cujo lema era “faxina geral”.

Esse fato nos leva a apresentar nosso primeiro dado. Para este grupo presente, que se define majoritariamente de direita e conservador, o discurso antipetista é o grande fator de coesão e identidade: 84.8% se definiram como muito antipetistas. Definimos aqui o populismo de direita no sentido de Laclau, que utiliza o antipetismo como conceito aglutinador<sup>3</sup> denotando significante vazio. Laclau define este significante vazio como uma prática articulatória que contém todos os significados, mas que se constrói através de muitos outros conteúdos e, portanto, não traz implícito nenhum sentido necessário. Este significante vazio conforma uma identidade popular, ampla e extensiva porque representa um grande conjunto de demandas, mas é pobre porque abre mão dos conteúdos particulares, a fim de abarcar as mais diversas demandas sociais. “Antipetismo” seria, portanto, este significante vazio, que não expressa nenhuma particularidade e sim, um conjunto de conteúdos variados, mas que justamente encontra sua força como identidade coletiva neste vazio concreto de sentido e nesta amplitude semântica.

Por outro lado, o discurso de negação da política tradicional e de rejeição do partido político também é amplamente aceito entre eles. Além do antipetismo, que aparece como maior fator de coerência, o discurso antipolítico, resumido no slogan “faxina geral”, está se transformando em um importante fator de coesão para estes grupos. À pergunta

“com qual partido político você se identifica”, 72.9% responderam que nenhum, seguidos por 11.7% que escolheram o PSDB e 6.8% o Partido Novo. Dados muito diferentes da manifestação do dia 31 de março, na qual a maioria dos manifestantes se definiu de esquerda não conservadora e era mais vinculada a partidos políticos em que 33.0% não se identificavam com nenhum, 35.7% com o PT e 20.6 com o PSOL.

## Conclusões

Os manifestantes, que se identificam como progressistas ou de esquerda, têm um padrão muito coeso de posições sobre questões morais referentes a mulheres, LGBT, drogas, população negra ou políticas de mobilidade social. Uma grande homogeneidade nas respostas caracteriza este grupo. Os manifestantes, que se definem como conservadores ou de direita, porém, não apresentam esse grau de homogeneidade como grupo e têm uma disparidade muito maior nas respostas referentes a questões morais. As características comuns são o punitivismo, a rejeição às políticas públicas de mobilidade social e, fundamentalmente, o antipetismo, que é o fator que oferece maior coerência interna e identidade ao grupo. Nas últimas manifestações, os discursos antipolíticos também estão ganhando força, como fator de coesão destes manifestantes, diante dos avanços da operação Lava Jato e das últimas delações. Uma identidade não propositiva ou não afirmativa, construída no plano relacional, na negação da identidade alheia, principalmente, o petismo ou a política tradicional. Poderia se pensar que uma possível característica interna afirmativa deste grupo seria o apoio às políticas neoliberais, fazendo uma analogia entre conservadorismo social e o apoio ao neoliberalismo econômico. Esta afirmação, porém, não é consistente: 74% dos manifestantes do protesto de 26 de

3. Laclau, E. *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.



março discordam da reforma da previdência apresentada pelo governo Temer. Em outro survey, que realizamos na manifestação verde-amarela de 16 de agosto de 2015<sup>4</sup>, os dados mostraram que 88.6% concordavam totalmente com que o Estado devia prover serviços de saúde para todos os brasileiros, 92.3% educação para todos e 72.1% transporte coletivo, rejeitando, portanto, a ideia do estado mínimo. Identidade conservadora não neoliberal, punitiva, que toma forma num populismo antipetista e antipolítico.

---

4. Dados completos disponíveis em: <http://gpopai.usp.br/pesquisa/160815/>



## Autores

**Esther Solano Gallego** é Professora Doutora da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do Mestrado Interuniversitário Internacional de Estudos Contemporâneos de América Latina da Universidad Complutense de Madrid. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Complutense de Madrid. Associada ao grupo de pesquisa Laboratório de Análises Interdisciplinares e Análise da Sociedade (LEIA-Unifesp).

**Pablo Ortellado** é Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. Pós-doutorado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP. Coordenador do Grupo de Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPoPAI-USP).

**Márcio Moretto Ribeiro** é Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Doutorado em Ciência da Computação pelo Instituto de Matemática e Estatística da USP. Pós-doutorado no Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Universidade de Campinas (CLE-UNICAMP). Associado ao Grupo de Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPoPAI-USP).

## Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil  
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313  
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil  
[www.fes.org.br](http://www.fes.org.br)

### Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-013-8



9 788595 650138